POIMICE ALÉM DA NOTÍCIA

Quércia relutante

ão tem o governador Orestes Quércia qual-quer vontade de aceitar a tese corrente de que o ministro Bresser Pereira está na sua cota pessoal. Disse isso bastante claro quando esteve em Brasilia, e que irá reclamar ao Presidente da República um nível de participação no Governo mais profundo.

Quércia também desmente o fato de que venha mantendo um alinhamento automático com os seus colegas do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para ele, nada tem de formal o eixo que construíram, podendo o governador de São Paulo, em momentos de refluxo tático de sua posição, inclinar-se pela proximidade com outros de seus colegas que trabalham o fato político com maior aspereza, como Miguel Arraes e Waldir Pires.

Não está nos planos do governador paulista abrigar-se na liderança do deputado Ulysses Guimarães, mas, taticamente, voltar-se para o conjunto de forças do PMDB nacional que se sente desprestigiada pelo poder central. Na medida em que for entronizado nas benesses deste poder, Quércia voltará a Brasília mais acessível aos chamados do presidente Sarney. E isso só acontecerá quando ver no Ministério da Indústria e do Comércio o deputado Ralph Biasi.

JOAQUIM E O ECUMENISMO

O ministro Joaquim Francisco, passou a prefeitura de Recife ao atual perfeito, Jarbas Vasconcelos, num clima dos mais tensos, que sucedeu à vitória do candidato socialista. Joaquim deixou a prefeitura, logo após a eleição, para que Jarbas nela realizasse a mais rigorosa das auditorias para ver se haviam sido cometidos abusos e irregularidades. O prefeito nada encontrou. No discurso de passagem do cargo, o ex-prefeito do PFL estava tenso-sentindo que podería se tornar no patinho feio a empanar a festa da conquista da prefeitura pelo PSB. Com um discurso audacioso, de quem nada devia, Joaquim Francisco não chegou a ser aplaudido como Jarbas, mas para casa não levou as vaias. E por ironia do destino, foi a cidade que se tornou o patinho feio do Nordeste, com lixo acumulado nas ruas, criminalidade ampliada, e superlotação de funcioná-

OS PROGNÓSTICOS DE ETHEL

Nos dias que passou em Brasília, nessa semana. Miguel Ethel, que priva do circulo de amizades do presidente Sarney, estava particularmente pessimista. A previsão do ex-quase-tudo na área econômica é a de que o ministro Bresser Pereira, por seu temperamento conciliador, não terá pulso e energia para arrancar a economia do Pais do torpor de uma inflação que poderá estabilizar-se numa faixa de 20 por cento ao mês.

NOVO DADO PARA OS HISTORIADORES

Os historiadores do futuro poderão investigar se o governador Tasso Jereissati telefonou ou não ao presidente Sarney, por volta das 15h30 de segunda-feira, dizendo-lhe que não aceitaria o Ministério da Fazenda, por ter tido uma impressão chocante do quadro da economia. E deverão apurar se o presidente Sarney manteve ou não absoluto sigilo dessa recusa, até o dr. Ulysses vir a público com o seu veto, que já não era mais necessário.

LEONARDO MOTA NETO

Oue diria o Geisel?

presidente José Sarney pode até conseguir esvaziar o movimento pelas diretas para sua sucessão em 88 que ganha corpo no PMDB. Ele pode resistir às investidas de Lula e Brizola contra seu mandato, pode ter sucesso contra a tentativa de implantação do regime parlamentarista de governo e até conseguir dividir irreversivelmente o PMDB no desdobramento da reforma ministerial.

Sarney pode encontrar, com o apoio do PFL e do PMDB e as idéias de Bresser Pereira, uma solução para a grave crise financeira que atravessa o País, alocando recursos para a grande ferrovia Norte-Sul e assegurando a continuidade do crescimento econômico. Pode reverter a expectativa desfavorável com relação à balança comercial, conseguir um acordo quase impossível com os banqueiros internacionais. E até mesmo reduzir os niveis de pobreza em que encontrou o Pais ao assumir o Governo.

A única coisa que o Presidente não pode, depois da reforma ministerial, é recuperar sua credibilidade junto à população e sua autoridade junto aos partidos e os políticos que dizem apoiar o seu governo. Ao contrário da crise financeira, da crise cambial e da crise social, a crise de autoridade e de credibilidade não pode ser solucioñada com medidas práticas ou com armações inteligentes. Credibilidade se conquista pelo exercício diário de um cargo com seriedade, justiça e respeito aos amigos, aos adversários e à população. Autoridade se obtém em consequência da credibilidade: não é autoritarismo, imposto à custa da força, e nem vacilação, de quem, sem força, não tem como se impor.

Ao recuar no convite e na indicação de Tasso Jereissati para o Ministério da Fazenda, o Presidente perdeu a autoridade de chefe do Governo. Cedeu diante de Ulysses Guimarães, Waldir Pires e Miguel Arraes, mesmo sabendo que poderia enfrentá-los com o apoio de Newton Cardoso, Orestes Quércia e Moreira Franco. O Presidente não quis ousar. Engoliu seco o nome de Bresser Pereira, imposto por Ulysses, e perdeu, em menos de 12 horas, a credibilidade popular que havia angariado a duras penas em dois anos de go-

O Presidente vacilou e não se impôs num assunto que era de sua exclusiva competência. Temendo perder o duvidoso apoio que lhe dá hoje o PMDB, o Presidente jogou fora o crédito junto à população. No dia seguinte ao episódio, todo o País se convenceu do que poucos sabiam de fato: o homem forte do governo chama-se Ulysses

Aliás, na demissão de Funaro o Presidente já vinha demonstrando fraqueza. Em lugar de pedir ao ministro que se demitisse, montou uma complicada operação, que envolveu os governadores de Minas, São Paulo e Rio. Foram três meses de desgastes, de imobilidade na máquina administrativa, num complicado jogo de vazamentos de informações e de críticas ao ex-ministro. que nada somou à imagem de seriedade que o Presidente queria e deveria manter.

Hà muito não se via um Presidente desautorizado dessa forma. Os militares suspiraram com saudades do Geisel. Os políticos começaram a se mobilizar para que o povo, atônito, vislumbre a perspectiva de voltar a ter um presidente de fato. O governo Sarney acabou.

SERGIO CHACON

Supremo propõe maior governo adequado autonomia aos tribunais

EZIO PIRES Da Editoria de Cultura

O Supremo Tribunal Fetérprete máximo das leis e da Constituição do Pais, por solicitação dos constituintes deverá esclarecer alguns pontos dos seus estudos, contendo uma série de inovações para o capitulo do Judiciário.

Nos estudos que encaminhou a pedido da Comissão Afonso Arinos, o SFT está propondo aos constituintes que estão escrevendo a futura Constituição uma maior autonomia administrativa e orçamentária dos tribunais. Entre as alterações sugeridas, consta e da redução de membros dos Tribunais de Justiça e de Alçadas, que, no máximo poderiam ter até 36 integrantes e já existem alguns com mais de 100 juizes.

Na proposta de redução foi constado pelo STF "o gi-gantismo das Cortes Judiciárias que não têm produzido resultados satisfatórios". No combate à crise da Justiça Federal seriam criados Tribunais Regionais Federais, com sede em algumas capitais, co-mo, por exemplo, São Pau-

Criação do **Tocantins** em debate

Sucursal

Goiânia - "Em principio, sou favoráVel à criação de novos estados e uma federação mais equilibrada. Nesse sentido, a região norte de Goiás terá meu voto, como constituinte, para a criação do Estado do Tocantins". A afirmação foi feita ontem pelo senador Chagas Rodrigues, presidente da Subcomissão do Estado, da Assembléia Nacional Constituinte, que ontem instalou o orgão, em Goiânia, para ouvir os diversos segmentos sociais de Goiás interessados na divisão do estado.

A subcomissão veio a Goias com a quase totalidade de seus membros, sendo homenageada, antes do seminário sobre o novo estado, realizado no plenário da Assembléia Legislativa, com um almoço pelos membros do Comitê Pró-Criação do Estado de To-

Ressaltou ainda o senador Chagas Rodrigues "que por uma convicção democrática devemos ou vir as populações interessadas. Não devemos forçar a situação. Se bem que uma federação para ser forte precisa ter um certo equilibrio e hoje nos enfrentamos desniveis regionais, desniveis sociais e, por uma questão de equilibrio, devemos defender aqueles estados considerados subdesenvolvi-

E destacou: "No caso do Tocantins, na forma como está sendo conduzido o processo de sua criação, voto favoravelmente, porque vejo com amplas raízes. A propria Assembléia Legislativa, as autoridades do Executivo e do próprio Judiciário também são favo-

Já o relator da Subcomissão dos Estados, deputado Siqueira Campos ressaltou que a criação do Estado do Tocantins é uma questão de soberania nacional. "O Congresso Nacional já aprovou por duas vezes a criação do Estado do Tocantins e a matéria foi vetada pelo presidente da República. E agora o Senado já aprovou o terceiro projeto, desta vez de autoria do senador Amaral Peixoto.

Questionado se a vinda a Goiás da Subcomissão do estado consolida a criação Tocantins, Siqueira Campos disse que esse foi um passo muito importante. "Ouvir os diversos segmentos da comunidade goiana como fizemos aqui, é muito importante, porque ninguém pode criar um estado sem ouvir o povo" Na oportunidade Siquei-

ra Campos informou que além do Estado do Tocantins a Assembléia Nacional Constituinte deverá receber propostas para a criação do Estado de São Francisco, desmembrado da Bahia; do território Alto Amazonas, de autoria do deputado Carrel Benevides, proposta de criação do Estado do Tapajós, do deputado Paulo Roberto, membro da Comissão; proposta de criação do Estado de Santa Cruz, do deputado Fernando Gomes, des-membrado também de parte da Bahia; proposta do Estado do Triângulo, com capital em Araxá; e por último uma proposta ainda não oficial do deputado Furtado Leite, da criação do Estado do Cariri, formado por municipios do sul do Ceará abrangendo Juazeiro do Norte, terra do Padre

so de acordo com a necessidade do serviço. Seria a transformação do atual TFR (Tribunal Federal de Recursos) em Tribunal Superior Federal (TSF), com a sua composição hoje de 27 ministros reduzida para 15. Desde a Constituição de 46 que se admitia a criação de Regionais de Recursos sempre procrastinada.

A Justiça militar também está contemplada com alterações sugeridas pelos estudos do STF. O STM (Superior Tribunal Mili-tar) mudaria de nome. Seria TSM (Tribunal Superior Militar) e a sua atual composição de quinze seria reduzida para 11 ministros. Embora reconhecendo os bons serviços que já prestaram os Tribunais Militares, o STF propõe a extin-ção dos Tribunais da Justiça Militar nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Foi constada a "desnecessida-de atual" desses tribunais, mantido "com pesados ônus para o erário públi-

Em seus estudos o STF evita que os seus ministros e os dos demais tribunais.

Está sugerida que além dos requisitos atuais, a idade do ministro a ser nomeado seja inferior a 66 anos, "a bem da estabilidade jurisprudencial e para impedir pesados ônus aos cofres pú-

Considera o STF "injustificável sua transformação em Corte Constitucional, de competência limitada, estritamente, a temas dessa ordem, sem o tratamento das relevantes questões de direito federal". Para que seja garantida uma Justica rápida, está sendo prevista a criação, nos Estados, de Juizados Especomo competentes para conciliação e julgamentos de pequenas causas civeis que serão definidas A independência do Judi-

ciário está sugerida na proposta que prevê a conveniência de que as dotações orçamentárias do Judiciário sejam mensalmente colocadas a sua disposição, ou seja, em duodécimos.

Dois pontos considerados polêmicos nas sugestões do STF: a extinção dos juizes classistas da Justiça do

ao procurador-geral da República, de arquivar pedidos de encaminhamento de arguições de inconstitucionalidade.

Enquanto o STF conserva nos seus estudos e jurisprudência o poder do procurador-geral, admitin-do apenas a necessidade de colocar em discussão o fato do chefe do Ministério Público ser excessivamente vinculado ao Poder Executivo, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) questiona o poder da Procuradoria. Segundo entende a OAB, o procurador-geral não pode arquivar uma solicitação de encaminhar ao exame e julgamento do STF, um pedido de arguicão de inconstitucionalidade de lei. Atualmente, contra este despacho de arquivamento não cabe recurso e o argumento considerado sedutor é o de o procurador-geral ao impedir, pelo arquivamento, que um pedido de declara-ção de inconstitucionalidade chegue ao seu destino, está usurpando a competência constitucional do

Partidos são pela livre organização

A livre organização par-tidária foi defendida esta semana na Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos pelos presidentes nacionais do PSB, senador Jamil Haddad, do PC do B. João Amazonas, e pelo jurista Hélio Bicudo do Diretório Nacional do PT. Bicudo propôs o fim da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) e Amazonas sugeriu dispositivo constitucional segundo o qual os órgãos soberanos de cada partido definem a sua forma de organização e funcionamento, vedada a interferência do Estado na vida interna das agremia-

Outra proposta sustentada na audiência pública da subcomissão foi a eleição para Presidente da República em dois turnos - encampada pelos representantes do PSB e do PT, e pelo presidente nacional do PDC. Jorge Coelho de Sá. Houve divergências em relação ao voto distrital e ao voto facultativo.

voto distrital, afirmando que ele é "profundamente reacionário", e que em última instância significa a institucionalização dos "currais eleitorais". Segundo o presidente do PC do B, o poder econômico pode atuar fortemente na eleição pelo sistema distrital, e a representação no Congresso Nacional não terá, se ele for adotado, a visão ampla dos problemas nacionais. Para Amazonas. o sistema proporcional, entre outras vantagens, permite a representação das minorias. Haddad também condenou o voto distrital com a mesma preocupação em relação à influência do poder econômico nas eleições, enquanto Jorge de Sá manifestou-se favorável àquele sistema, que em sua opinião permite às lideranças locais crescerem e re-

presentarem suas áreas. O voto facultativo foi defendido por Bicudo, dentro do princípio do PT de que a liberdade deve ser assegurada ao eleitor, e por Jorge de Sá. Mas foi criticado por Amazonas, para quem o voto obrigatório é uma conquista democrática de todos os eleitores, que têm um compromisso com a Nação. Segundo Amazonas, a experiência do voto facultativo resultou numa abstenção demasiadamente grande. Ele deu o exemplo dos Estados Unidos. "Onde o presidente acaba sendo eleito com 30 por cento dos votos"

Proposta anistia os punidos O deputado Homero San-

tos, vice-presidente da Câmara, apresentou proposta à nova Constituição extinguindo todos os processos instaurados contra sindicalistas com base na lei de greve e demais mecanismos de punição a grevistas. Sua iniciativa, destinada a figurar entre as disposições transitórias, visa o desarmamento dos espíritos no inicio da nova fase da vida do Pais, quando for promulgada a nova Carta. Homero Santos (PFL-MG) lembra que os dirigentes sindicais foram punidos em momentos dificeis da Nação, em função de crises econômicas e problemas sociais, que precisam ser esquecidos e anistiados.

Desde a primeira constituigada em 1891, prevalece verno presidencialista, um sistema que, ao examinarmos a experiência histórica desses 96 anos, só nos tem dado fartas demonstrações de que é inadequado à vida politica brasileira.



Nossa história republicana, sob o presidencia-

lismo, é uma repetição de crises políticas, intervenções golpistas das Forças Armadas, instauração de governos despóticos - alguns de longa duração. Por reforçar o poder pessoal, o sistema presidencialista, no Brasil e em outros países, serve às oligarquias, transforma-se num entrave ao desenvolvimento politico da população e num estorvo à normalidade democrática do país. É um sistema de governo flagrantemente superado.

A Assembléia Constituinte debate com intensidade (e a sociedade vem acompanhando com crescente interesse) a questão do sistema de governo que o Brasil deve adotar na Nova Constituição. E não é por açaso que a tese da manutenção do sistema presidencialista tem seus defensores mais ferrenhos exatamente entre os setores conservadores, que não querem o rompimento deste longo ciclo de concentração de poder e de tutela das Forças Armadas.

Ao contrário, entre as forças democráticas e progressistas da Constituinte e da sociedade brasileira, a idéia de abolir-se na futura Constituição o sistema presidencialista e inaugurar-se uma nova forma de organização politica e administrativa, peculiar às necessidades do Brasil e às exigências de seu desenvolvimento, ganha força a ponto de ser, hoje, visivelmente ma-

Qual seria esta nova forma de governo?

Para nós. do Partido Comunista do Brasil, a realidade nacional indica como mais adequado um sistema com características de parlamentarismo, e que definimos como governo de co-responsabilidade entre o Executivo e o Legilslativo. Ele se distingue do modelo clássico de parlamentarismo porque tem a vantagem de (além de abolir essa concentração de poderes tão nociva ao longo da República Brasileira) instituir um regime em que existam garantias constitucionais de que o Executivo e o Legislativo terão responsabilidades solidárias na condução do governo. E, exatamente, um sistema de solidariedade entre o presidente da República e o Congresso Nacional, que exercerão conjuntamente a direção político-administrativa do País.

Não se subtrairá do presidente da República, nesse novo sistema, os seus poderes. O presidente não será transformado, como querem fazer crer os defensores da manutenção do presidencialismo, numa figura decorativa. O que propomos é abolir-se esta excessiva concentração de poderes em mãos do Executivo, cujas consequências nos fazem padecer, nestes quase 100 anos de vida republicana, sob a marca do autoritarismo e do atraso políticos.

Argumenta-se, para defender a conservação do presidencialismo, que o Brasil "não está preparado" para um sistema do tipo parlamentarista. Alega-se que um sistema parlamentarista exige como pré-condição a existência de instituições sólidas, de um Parlamento fortalecido, de uma prática democrática arraigada e consolidada em todo o organismo público, em todos os poderes. Como o Brasil não tem instituições democráticas sólidas, o parlamentarismo (proclamam os conservadores) não tem condições de ser instaurado no

Ora, isto é querer defender o presidencialismo, usando como justificativa os males que ele próprio causou. Se não temos instituições sólidas, depois de quase um século de presidencialismo, é lógico concluir que esse sistema não cria nem mantém instituições sólidas. E, se até hoje não o conseguimos, então quando o conseguiremos, mantendo o presidencialismo? Antes de ser um argumento antipariamentaris um recibo de falência, um atestado definitivo de que o sistema presidencialista está superado.

Ademais, até do ponto de vista histórico, ao observarmos a experiência recente de outros povos, cai por terra a tese do "não estamos preparados para o parlamentarismo". Espanha e Portugal, por exemplo. sairam de ditaduras que duraram décadas, durante as quais as instituições foram esfrangalhadas; optaram pelo sistema parlamentarista e estão ai, exibindo ao mundo instituições que têm demonstrado solidez necessária e em condições de superar e sobreviver a eventuais crises politicas - ainda que consideremos as limitações da democracia burguesa e as contradições e anacronismos do próprio sistema capitalista; mas isto

A nossa Assembléia Constituinte tem a oportunidade de encerrar este longo período histórico de atraso politico no Brasil, de romper as amarras da concentracão de poderes pelo Executivo, da tutela do militarismo e da permanente sujeição do País às investidas golpistas, que são consequências de um sistema presidencialista deformado, que nasceu de uma forçada, indevida e mal-feita adaptação ao nosso país do modelo re-publicano dos Estados Unidos. O presidencialismo, no Brasil, transformou èm letra morta o preceito constitucional (que, aliás, consta em todas as constituições vigentes ao longo da República) de que os poderes Executivo. Legislativo e Judiciário são "harmoniosos e independentes entre si". O Legislativo, no sistema de governo que perdura no Brasil, na verdade tem sido um mero poder critico, homologador ou modificador de leis, e raramente um poder que tenha a iniciativa — esta é de quem governa. O Congresso é simples apêndice

E o próprio Poder Executivo, pelo monopólio de poder, acaba gerando o monstro que devora quem o ocupa. O presidente da República, ao deparar-se com uma crise grave, vê-se diante de poucas alternativas. No presidencialismo brasileiro, uma crise profunda político-institucional geralmente só é resolvida por um golpe, pela renúncia do presidente ou até pelo suicídio. Há vários momentos na história recente que servem como exemplos preocupantes.

O sistema parlamentarista (e em particular a forma de governo de co-responsabilidade proposta pelo PC do B) oferece alternativas demoçráticas, seguras e adequadas às necessidades do Brasil moderno e às urgentes exisgências de uma nova ordem políticoadministrativa que corresponda à luta do nosso povo pela democracia, pelo progresso social e pela sobera-

(*) Eduardo Bomfim é deputado pelo PC do B de Alagoas

Genoino não quer militar na política

A extinção de órgãos que atribuem às Forças Armadas a participação política institucionalizada nos assuntos de governo e nas ati-vidades de "segurança interna"; a preservação dos direitos e da privacidade do individuo diante da possbilidade de controle, inter-ferência e pressão do Estado moderno; a decretação do estado de sitio exclusivamente no caso de guerra externa, sem afetar o direi-

identidade pessoais, é a atribuição da função das Forças Armadas, que deve ter como tarefa única a defesa militar da Nação contra eventual inimigo externo. Estas propostas, com seus devidos desdobramentos, foram entregues ontem à mesa da Assembléia Nacional Constituinte pelo deputado José Genoino (PT-



Otimismo marca a Subcomissão de Tecnologia

Mantendo a taxa de ex-pansão atual de 74 por cento ao ano, em 1990 o mercado brasileiro de informática será o terceiro do mundo, após os Estados Unidos e o Japão. Esse foi um dos principais argumentos usados pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, na defesa da Politica Nacional de Informática (PNI) e da reserva de mercado para o setor, durante a audiência pública de terça-feira à noite na subcomissão da Ciência e Tecnologia da Constituinte.

A audiência, à qual não estiveram presentes todos os deputados da subcomissão, se caracterizou pela defesa apaixonada do ministro à PNI e pelo apoio dos constituintes presenem sua maioria do PMDB, a essa posição. A nota distoante foi a distribuição de um documento de 13 páginas, anônimo, com criticas contundentes à Politica Nacional de Informática e à forma como a SEI a administra, apresentando dados e números. Nem a mesa ou os funcionários da subcomissão sabiam dizer de onde surgiu o documento, intitulado "Avaliação dos resultados da Politica Nacional de Informática e seus reflexos no setor eletroeletrônico". A deputada Cristina Tavares, relatora da subcomissão, considerou a distribuição do documento "um abuso" Mas ele não atrapalhou o

brilho da festa. Só após a exposição dos titulares da Secretaria Es-pecial de Informática (SEI), do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), do Conselho de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e Instituto Nacional de Tecnologia (INT), órgãos vinculados ao MCT, o ministro Renato Archer respondeu às perguntas dos parlamentares.

Renato Archer afirmou que o Brasil tem "o direito e o dever de preservar o seu mercado interno", o bem mais precioso para o desenvolvimento. O ministro citou o exemplo dos Es-

to proclama o livre comércio" impediu a compra da empresa norte-americana Fairchild pela japonesa Fujitsu, fechando o mercado de semicondutores aos japoneses. O ministro falou ainda do Japão, que nunca permitiu investimento de capital estrangeiro em áreas de interesse de sobe-Segundo o ministro da

Ciência e Tecnologia, em 1977 o Brasil tinha apenas três empresas nacionais de informática e havia seis empresas estrangeiras atuando no setor, um mercado incipiente de 200 milhões de dólares. Hoje esse mercado é avaliado em 3 bilhões de dólares e 52 por cento dele está nas mãos de empresas nacionais. Em 86 havia 279 empresas nacionais no setor, contra 31 estrangeiras. Se não existisse reserva de mercado, afirmou Archer, acabariamos na mesma situação da in-dústria automobilística nacional, sufocada pelas multinacionais para quem nosso mercado foi reservado.

"Por isso - disse o mi-

nistro — eu incluiria na Constituição o direito dos brasileiros de usarem o mercado interno para o desenvolvimento da indústria de informática". E essa in-dústria, segundo ele, terá plenas condições de competitividade no mercado internacional quando se esgotar o prazo da reserva de mercado e for saciada "a fome do mercado interno brasileiro por esses produtos", afirmou Archer em resposta às colocações do deputado Fausto Rocha (PFL-SP), um critico contumaz da Politica Nacional de Informática que, aliás, não foi tão contundente quanto costuma ser, na presença do ministro da Ciência e Tecnologia.

Archer reconheceu que, no sentido de garantir os di-reitos dos trabalhadores com o advento da automatização, a Lei de Informática e a estrutura decisória por ela criada não é perfeita, mas "atendeu e atende ao interesse da obra que ela está realizando"